

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e sete de novembro do ano de dois mil e dezanove.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Boa noite a todos! Cá estamos para a realização desta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal que, como sabem, tem uma Ordem do Dia curta. Penso que não vamos gastar muito tempo. Não há período de Antes da Ordem do Dia.

Como se recordarão a próxima Sessão da Assembleia Municipal estava agendada para o dia treze de dezembro mas o Sr. Presidente da Câmara Municipal manifestou vontade, desde que não cause problema, para que a próxima Sessão da Assembleia Municipal seja no dia vinte de dezembro porque há uma deliberação que terá que ser tomada e que não estará disponível para o dia treze. O que tínhamos estabelecido no Edital era o dia treze de dezembro mas é imperioso que a próxima Sessão da Assembleia Municipal seja no dia vinte de dezembro.

Dou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para proceder à chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que solicitou a sua substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Deputado Dr. André Duarte Pereira.

Igualmente, a Sra. Deputada Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Lopes não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Deputado Eng.º Arménio Alberto Tavares da Silva.

O Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa também não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Deputado Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes.

A Sra. Deputada Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas também não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Deputado Américo Marques Figueiredo.

O Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, não está presente e foi substituído pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, Sr. Joaquim Adelino da Costa Garcia.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, também não está presente e foi substituído pela Secretária da Junta de Freguesia, Sra. Ângela Maria Silva Álvaro.

Igualmente o Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, não está presente.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalho Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

Da presente Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2019/2022.

II - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2020, em 5%.

III - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 33.º, alíneas b) e m) do n.º 1 e alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), da proposta de aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em Matéria de Serviço Público de Transporte de Passageiros, celebrado entre a CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e o Município de Oliveira do Hospital.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum, declaro aberta a Sessão.

Informo que no próximo fim de semana vai realizar-se o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. O Município de Oliveira do Hospital estará representado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Francisco Tavares Rolo, pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, e pelo Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira.

Informo-vos também que no dia vinte e cinco de outubro estive presente numa reunião em Condeixa com os Presidentes das Assembleias Municipais do Distrito de Coimbra. Gostei de estar na reunião e apercebi-me que, e depois noutra altura aprofundaremos mais esta questão, a direção da Associação Nacional das Assembleias Municipais está a promover uma reflexão interna e encarregou consultores de prepararem um documento. Com esse documento pretendem contribuir para que as Assembleias Municipais possam deliberar com mais conhecimento do que são efetivamente as suas competências. Estão identificados alguns problemas relacionados com o funcionamento das Assembleias e que são devidos precisamente ao facto de as Assembleias terem de se pronunciarem sobre muitas matérias de complexidade e muitas das vezes não só as pessoas não estão todas igualmente preparadas para poderem deliberar com verdadeira consciência e também porque outras vezes os prazos de acesso à informação são escassos. A Associação das Assembleias

Municipais está a procurar ter uma intervenção mais efetiva na vida das autarquias. Eu achei interessante até porque estava presente na reunião o consultor que elaborou esse documento, que depois será divulgado, e haveremos de o discutir e veremos também o que é que poderemos aproveitar do mesmo para melhorar o nosso funcionamento.

Dizer-vos ainda que havia pessoas de vários sítios, e também estava presente o Presidente da Assembleia Municipal de Portimão que, não sendo da nossa Região, está ligado aos órgãos dirigentes da Associação das Assembleias Municipais, e, pelos diversos presentes, foram identificadas algumas situações mais difíceis de gerir. A reunião decorreu com alguma informalidade e foram dados vários testemunhos e percebi que as vidas nas Assembleias Municipais às vezes são complexas. Estava a ouvi-los e a pensar que em Oliveira do Hospital, mesmo com as nossas diferenças, acabamos por não ter o tipo de problemas que ali vi identificados nalgumas situações e dei testemunho disso: Eu disse que nós também temos as nossas diferenças mas não temos problemas do tipo que estavam a identificar. Manifestei o meu apoio às iniciativas que estão a ser desenvolvidas no sentido de se criarem condições para uma participação mais efetiva nas deliberações que são presentes às Assembleias Municipais. Era só isto que vos queria dizer por agora.

Passávamos agora para o Ponto I da nossa Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto I - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2019/2022.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dar-vos uma nota relativa a um conjunto de obras que considere um momento histórico. O lançamento de obras, no valor de cinco milhões e meio de euros: O novo Campus Educativo, toda a requalificação da Zona Histórica, o Parque dos Marmelos e a Zona Industrial. Lançámos todos estes procedimentos que aprovámos mas, mais tarde, colocou-se um problema de legalidade com duas correntes, nomeadamente sobre a cabimentação. Estas obras estão projetadas até ao ano dois mil e vinte e um, sobretudo a Zona Industrial e o Centro Histórico.

Estas obras tinham, ou não, que estar no orçamento de dois mil e dezanove se já se previa que elas entravam no ano de dois mil e vinte e um?

Há uma corrente que defende que só quando se assina o auto de consignação é que a verba é cabimentada. Poderíamos avançar com o concurso mas havia a possibilidade do Tribunal de Contas nos pedir a data da cabimentação e, só por uma questão de precaução, achei melhor refletir estas obras nas GOP do ano de dois mil e vinte e um. Até porque imaginem que o Tribunal de Contas nos anulava o concurso, o que nos levaria mais tempo que depois nos faria falta, e voltaríamos a fazer todo o processo. Por isso, a razão é esta. Até pedi um parecer jurídico à CCDR porque há duas correntes muito diferentes.

Achei por bem fazer esta Assembleia Municipal Extraordinária para não perdermos mais tempo.

Daria também aqui uma nota muito interessante sobre o Campus Educativo: O concurso ficou deserto. O concurso ficou deserto por uma razão simples, os preços são muito baixos. Fui contactado por duas empresas antes do concurso estar concluído que me disseram que o preço está muito baixo e, por isso, não iam concorrer porque não conseguiam fazer a obra.

Agora vamos ter que lançar um novo procedimento do Campus Educativo com mais um milhão e meio de euros o que fará com que estas obras ultrapassem largamente os cinco milhões e meio e tornar-se-á a escrever história porque a Câmara Municipal lança obras no valor de sete milhões de euros.

Porque é que há pressa e porque é que não quisemos correr riscos? Porque nestes projetos que têm neste momento candidaturas financeiras, senão tivermos uma maturidade nestas candidaturas e no seu lançamento, as verbas vão ser varridas, ou seja, vão ser retiradas às Câmaras Municipais.

Como vocês sabem, a nossa candidatura do Campus Educativo tem neste momento no Pacto da Comunidade Intermunicipal só um milhão de euros, quando é uma obra que já percebemos que irá para mais de seis milhões de euros. Este valor de cinco milhões e meio ainda é sem equipamento.

Estamos à espera de algum dinheiro porque houve um reforço de quinze milhões de euros para a área da educação e também pensamos que vai haver mais um reforço de dez milhões de euros e depois ainda há outros municípios que não foram capazes de gastar o dinheiro. A taxa de execução é muito importante.

Dou também esta informação relativa ao processo de levantamento dos prejuízos municipais que foram causados pelos incêndios. Quero deixar aqui uma palavra para os meus técnicos, nomeadamente para a Secção de Contabilidade, para os Engenheiros, para a Secção de Obras, para o meu Gabinete de Apoio: No apuramento dos prejuízos municipais houve um contrarrelógio e a maior parte das Câmaras Municipais, sem terem culpa nenhuma, não foram capazes de gastar as verbas para os prejuízos municipais. Até porque nunca ninguém garantiu que havia dinheiro e nunca ninguém quis fazer trabalhos, ou andar a pagar projetos, para depois não ter dinheiro do Quadro Comunitário, como vocês sabem!

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital tem até amanhã para mostrar que tem todos os trabalhos executados e que tem as transferências feitas para as empresas. Não basta mostrarmos que fizemos as transferências para as empresas. Isto foi uma corrida! Posso dar o exemplo de uma Câmara Municipal em que o seu Presidente me confessava que tinha um milhão de euros para os prejuízos municipais e só conseguiu gastar trezentos mil euros. Nós tínhamos cerca de um milhão e oitocentos mil euros, houve um acerto devido a trabalhos que não foram realizados, e também porque um ou outro trabalho ficou de fora, e teremos conseguido atingir um milhão e setecentos e cinquenta mil euros nestes prejuízos municipais. Mas, mais grave do que isso, a Câmara Municipal foi obrigada a pagar adiantado e foi preciso capacidade financeira e aqui os Serviços da Contabilidade fizeram um bom trabalho. Existiu aqui um grande trabalho que eu quero enaltecer. Quero sobretudo enaltecer o trabalho dos técnicos, nomeadamente dos Engenheiros da Secção das Obras Públicas, porque fizeram um grande trabalho e enaltecer também a Secção de Contabilidade e a equipa do Gabinete de Apoio.

O Ponto I da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal reflete estas alterações e o sinalizar de verbas para o ano de dois mil e vinte e um e também tem a ver com a maturidade deste dinheiro.

Penso que, a partir do dia seis de janeiro, quem foi capaz de gastar o dinheiro gastou-o e quem não tiver as obras adjudicadas ou o lançamento dos concursos ficará sem o dinheiro.

Nas candidaturas efetuadas, e entre as Câmaras Municipais com a nossa dimensão, fomos a que teve mais dinheiro. Foi feita uma negociação duríssima com a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro e, por isso, também me custava bastante ter-se conseguido o dinheiro e depois não o termos conseguido gastar.

Informar também os Srs. Deputados Municipais que a obra de requalificação da Zona Histórica vai ter só um concurso mas podem ganhar quatro empresas porque esta obra tem quatro lotes diferentes. É a primeira vez que fazemos uma adjudicação deste tipo e vamos ver como é que as coisas correm. Como sabem, os preços estão a aumentar cerca de 30 %.

Queria também enaltecer o trabalho da parte técnica porque a contratação pública é um processo bastante moroso.

Na minha opinião foi feito um trabalho fantástico e se conseguirmos o dinheiro será uma grande vitória do Município e sobretudo dos trabalhadores desde a Secção de Obras, Aprovisionamento, Contabilidade, Gabinete de Apoio ao Presidente, Vereadores.

Quero também deixar aqui uma nota para dizer porque é que o Sr. Vereador José Francisco Rolo não está presente: Hoje a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital está a ser distinguida com o prémio da Bandeira do Município Familiarmente Responsável, numa cerimónia realizada na CCDR em Coimbra, e o Dr. José Francisco Rolo está a representar a nossa Câmara Municipal até porque é ele que tutela esta parte.

Relativamente a este Ponto I se precisarem de mais algum esclarecimento estou absolutamente disponível para responder às vossas questões.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vou abrir o período de inscrições para as intervenções neste Ponto I mas não posso deixar de salientar a importância que tem o Município de conseguir organizar-se. É bem verdade que teve que haver uma grande conjugação de esforços e muita coordenação das equipas para que seja possível reunir as condições para executar despesa. Porque é verdade que isto, como bem sabem, não é como nas nossas casas ou até nas nossas empresas. É verdade que a contratação pública, e às vezes para comprar coisas de pouca monta, requer muitos procedimentos e até os próprios fornecedores precisam de ser ajudados e, por isso, há aqui um esforço também do outro lado para procurar no final ter o resultado devido. Isto é, garantir as condições para executar e para o Município aproveitar esta oportunidade. Portanto, só posso exprimir o meu apreço por esse esforço e por essa capacidade e, permitam-me que o diga, também fazerem aquilo para que cá estão mas sabemos que muitas

das vezes não há o esforço e o empenho suficiente e, como houve, acho que devemos dar, e pessoalmente dou, o meu voto de parabéns por se ter conseguido atingir os resultados que foram atingidos.

Dito isto, abro o período de inscrições para este Ponto I.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Estive a ouvir com muita atenção a apresentação que o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez sobre este Ponto I, no entanto, tinha aqui umas questões que lhe queria fazer:

Estive a ver a modificação do Plano Plurianual de Investimentos e reparo que, quando foi das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte, e vou falar principalmente na Zona Histórica, contemplava cerca quatrocentos mil euros. Só que agora, nesta nova modificação, não vejo aqui qualquer valor para o ano de dois mil e vinte. No anterior não estava nada no ano de dois mil e vinte e um e agora transitaram para o ano de dois mil e vinte e um cerca de setecentos e noventa e oito mil e duzentos euros. O que é que acontece? Gostava de saber se a Câmara Municipal vai iniciar as obras só no ano de dois mil e vinte e um ou se vão iniciar no ano de dois mil e vinte? Porque nesta alteração do Plano não há nada aqui previsto e eu fico na dúvida de quando é que se iniciará o concurso das obras para a Zona Histórica.

Estive a ver, e a Zona Histórica já vem desde dois mil e dezasseis nas Grandes Opções do Plano, e até hoje ainda não foi nada realizado no terreno. Já vimos aqui a apresentação, já foram feitos os levantamentos e, com certeza, já estão feitas as plantas e já deve estar tudo pronto para ser aberto o concurso, só que, gostava de saber porque é que não existe aqui verba para dois mil e vinte? Será que só vão iniciar as obras em dois mil e vinte e um?”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Só dar aqui uma ênfase, não vou falar dos valores porque até me custam pronunciar dada a imensidão dos investimentos que estão a ser feitos em Oliveira do Hospital mas, quero reforçar a dinâmica que temos no Concelho que nos honra a todos e que glorifica claramente o Município e os Municípes de Oliveira do Hospital.

Quando há pouco o Sr. Presidente da Câmara Municipal falou do Campus Educativo e disse que os valores eram baixos, e que têm que fazer novo

concurso, acho que isto, no meu entender, tem uma parte positiva, e também em outras obras que possam ser feitas neste sentido, até porque antigamente os empresários concorriam a estas obras por valores baixos porque estavam sempre expectantes da revisão de preços. Isso hoje, e bem, acabou. Hoje, quando se concorre a uma obra, sabe-se qual é o preço e sabe-se qual é o valor. Nunca o País esteve tão bem em termos de obras e em termos de investimento.

Há uma questão que gostava de deixar no ar: Porque é que há determinadas empresas que não executam as obras e não têm capacidade para o fazer? Nunca houve tanta dificuldade em arranjar empresas e mão-de-obra como hoje. Cada um de nós terá a sua resposta para esta questão, eu tenho a minha, e porquê? Porque a capacidade financeira e a capacidade de investimento do País e dos Municípios é grande. Há muito trabalho feito também aqui no Município de Oliveira do Hospital o que só nos honra a todos. Não vou falar das obras e do que está a ser feito mas, se fizerem os resumos históricos dos últimos dez ou vinte anos, verificam que está a ser feito um investimento considerável, e isso honra-nos a todos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria dar aqui uma nota ao Deputado João Esteves. A primeira nota que lhe quero dizer é a seguinte: A pergunta que aqui fez parece muito desfasada ou parece que quer passar aqui um atestado de incompetência.

Gostava de vos perguntar: Alguém lança uma obra agora, no ano de dois mil e dezanove, para a começar no ano de dois mil e vinte e um? Isso é uma coisa completamente descabida!

Estas obras, e eu já disse isto numa reunião de Câmara Municipal, eu não gosto de fazer obras para as acabar junto às eleições, até porque isso não é bom para quem tem o poder porque as pessoas não gostam de ver obras que se acabem junto às eleições e porque as pessoas acham que as estão a enganar. Eu não sou dos que guarda as obras para quando há eleições, nunca o fiz, e volto aqui a reafirmar, não o faço.

O exemplo do Centro Escolar, que é uma obra com um prazo de execução de dezoito meses, se o lançarmos agora, depois de ir ao Tribunal de Contas, estou convencido que faremos a consignação em março, na melhor das hipóteses, e, por isso, teremos o perigo de chegar muito perto do início do ano letivo sem ter a obra acabada.

Depois perceba-se, nesta alteração orçamental, bastaria olharmos para os documentos, não há nenhuma verba de dois mil e vinte porque aquilo que fizemos foi refletir as verbas de dois mil e vinte e um porque as de dois mil e vinte estão no nosso orçamento e, por isso, não se poderiam refletir aqui. O que é a alteração orçamental, se lerem com atenção, está aí essa explicação.

Relativamente à intervenção do Deputado Carlos Inácio quero dar as seguintes notas: Carlos Inácio, também não é bem assim como tu afirmaste.

É o seguinte: A Câmara Municipal, comigo em Presidente, e para que não houvesse dúvidas, sempre teve um critério e, hoje, chego à conclusão que não é o melhor.

Quero deixar, aqui, bastante claro, a Câmara Municipal, comigo em Presidente, todos os concursos que lançou até hoje, foi pelo preço mais baixo. O preço mais baixo é um critério de escolha que tem a ver com a transparência para que não pudessem ser considerados critérios subjetivos.

Deixem-me também dizer-vos o seguinte: Estas obras, neste momento, estão a ser lançadas com o preço base e a adjudicação de todas elas vai ser pelo preço mais baixo mas, não me parece que seja o melhor, porque tenho bons exemplos de algumas obras que estão aí a decorrer em Oliveira do Hospital, como foi o caso da obra da Escola Secundária, da obra da Casa da Cultura e como é a obra da Central de Camionagem. A obra na Central de Camionagem tem estado parada e hoje até falei com o Engenheiro da empresa.

O que é que nós podemos e devemos fazer nos concursos a partir de agora? Podemos fazer um concurso de certificação de empresas. Isto é, lançamos um concurso para certificar empresas com determinadas características e depois, dessas empresas, escolhemos três, e a seguir abrimos um concurso publico e só entram essas três empresas que nos oferecem garantias.

Porque é que isso não foi feito agora? Não foi feito por uma razão simples: Porque estávamos com pouco tempo, por causa do varrimento das verbas do Quadro Comunitário a quem não tiver maturidade. Nós precisamos de ter maturidade agora porque se não ficamos sem o dinheiro que temos para estas obras todas, e é uma pena.

O Deputado João Esteves disse que Zona Histórica anda desde dois mil e dezasseis nas Grandes Opções do Plano. É verdade, e tínhamos o dinheiro mas foi preciso um projecto, foi preciso contratar um especialista, são coisas que demoram e houve também alguns erros de percurso naquela tentativa para que

fossem arquitetos e engenheiros de Oliveira do Hospital e depois tivemos que ir buscar especialistas.

Também queria recordar ao Deputado João Esteves que esta Zona Histórica está há muitos anos abandonada, e que foi este executivo que conseguiu arranjar este dinheiro para estas obras que vão ser uma realidade, porque outros passaram por cá, e nunca arranjaram nada, e deixaram a Zona Histórica e, por isso, também têm um passado que deveríamos recordar.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto I - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2019/2022, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2020, em 5%.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quando preparava esta Assembleia Municipal pensei o seguinte: A proposta de fixação da participação variável no IRS metemo-la na altura da discussão do Plano e Orçamento para o ano seguinte mas, quando é para “levar porrada”, é melhor deixar tudo junto e fica tudo resolvido de uma vez.

Resolvi trazer a esta Assembleia Municipal a proposta de fixação da participação variável no IRS para libertar um bocado a Sessão da Assembleia de dezembro porque vamos fazer nesse mesmo dia o Jantar de Natal da Assembleia que será realizado na cantina da Câmara Municipal pelas nossas cozinheiras.

Sobre o IRS eu não me alongo em comentários. A nossa proposta, como vocês já perceberam, é a mesma dos anos anteriores.

Agora, deixo-vos a proposta para vocês discutirem e depois irei a jogo.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Deputado André Pereira, com as publicações que vais fazendo no Facebook o pessoal do PS, às vezes, até pensa que és de outro partido, e daí as confusões.

Antes de mais fazer aqui um ponto de ordem ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: Com sabe, o CDS - Partido Popular, no ano passado, absteve-se nesta questão e, por uma questão de transparência e honestidade intelectual, não o faremos este ano por acharmos que o período de exceção já passou e, nesse sentido, como para o Sr. Presidente a situação já não é nova, os argumentos que eu lhe trago também não são novos: Nós entendemos que a taxa de participação máxima de 5 % é um esbulho fiscal injustificável e se os outros polos urbanos, como Coimbra ou Figueira da Foz, pautam já a diferença, Coimbra com 4,5 % e Figueira da Foz com 3,5 %. Os concelhos nos arrabaldes têm em Arganil uma taxa de devolução completa, ou seja 0 %, Manteigas idem, Góis é de 2,5 %, Gouveia 3 %, Lousã 4 %, e poderia aqui continuar.

E o Sr. Presidente da Câmara Municipal diz, na argumentação que sustenta esta taxa, que a eventual fixação de uma taxa inferior beneficiaria os agregados familiares de maiores rendimentos.

Ora, uma coleta líquida de dez mil euros está fora da taxa de isenção fiscal que vai até aos nove mil, cento e cinquenta e um euros. Isto é, um cidadão Oliveirense que aufera mensalmente oitocentos e trinta e três euros, com uma taxa de 3 % que Oliveira do Hospital pudesse aplicar, teria um abatimento fiscal na ordem dos duzentos euros anualmente.

E eu perguntava, e com isto terminava: Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Senhor acha que um cidadão Oliveirense que ganhe oitocentos e trinta e três euros mensalmente pertence a um agregado familiar de maiores rendimentos?”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Após a saída da crise do nosso País, da devolução dos rendimentos aos Portugueses por parte do Governo, do anúncio de inúmeras obras, nomeadamente:

- O Plano de Investimentos em Infraestruturas Ferrovia 2020, apresentado há dois anos pelo Ministro Pedro Marques, que contempla mil cento e noventa e três quilómetros de linhas férreas, dos quais deveriam estar em execução

quinhentos e vinte e oito quilómetros mas, apenas se iniciaram setenta e nove quilómetros, ou seja, cerca de 15 %;

- O IC6 que já está no Plano Nacional de Investimentos 2020-30;
- A construção da ala pediátrica do São João no Porto;
- A melhoria do nosso Serviço Nacional de Saúde;
- E, por fim, porque demoraria muito tempo a elencar tudo o que de bom aconteceu no nosso País, termino referindo o anúncio de um *superavit* no Orçamento de Estado para 2020.

Assim, partindo do pressuposto que também já foi devolvido aos Municípios os cortes que haviam sido feitos durante a crise, o PSD esperava mais da descida do IMI, do que o ponto percentual proposto por este Executivo, de 0,35 para 0,34.

Esperava também uma redução acentuada ou mesmo a eliminação dos 5 % provenientes da receita do IRS dos Municípios.

Já vários concelhos vizinhos abdicaram desta participação, ficando o nosso Concelho em pé de desigualdade na atração de futuros habitantes para o nosso Concelho em detrimentos de outros.

Assim, e por considerarmos que poderá ser uma mais-valia e uma forma de atrair residentes ao nosso Concelho, o PSD vota contra a proposta do Executivo em manter a taxa de 5 % no IRS.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Se há concelho que tem responsabilidade social, que dá apoio à natalidade, que dá apoio à empregabilidade, que dá apoio à educação, tem uma ação social muito forte que atrai a fixação dos munícipes, que atrai a fixação dos Portugueses, que é quarto concelho a nível do Distrito e Coimbra, que é um concelho de referência a nível nacional, esse concelho, meus caros amigos, chama-se Oliveira do Hospital. E porquê? Porque a grande preocupação do nosso Presidente da Câmara Municipal, de todo o elenco governativo da Câmara Municipal que o acompanha, é também a preocupação do Governo que nos governa neste momento. Nós sabemos que isto custa um bocado porque há aqui dois modelos de vida e dois modelos de sociedade claramente diferentes: Um é privilegiar o privado em detrimento do público, e esse modelo não é o nosso. Não é um modelo de menos IVA, de menos IRS, de menos TCU mas, por outro lado, saiu do nosso bolso mais para a saúde, menos benefícios sociais, etc. Esse não é o nosso modelo, meus caros amigos.

O nosso modelo é auxiliar quem mais precisa e aproximar as pessoas e é, por isso, esta preocupação aqui no Concelho de Oliveira do Hospital. E, para quem tem memória curta, nós votámos na última Assembleia o IMI e votámos uma redução para as famílias numerosas, mas isso é esquecido e não é lembrado!

Quando aparece aqui uma questão mínima do IRS, já somos Contra.

Não! Nós somos a favor porque percebemos as prioridades do Município e sabemos quais são as prioridades dos nossos Municípios, que até foram sufragadas, e, naturalmente, nós apoiamos esta decisão do Município.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Vou ser muito breve porque o Deputado Carlos Inácio já me tirou da boca algumas coisas que eu estava a pensar dizer. Só vou “rematar” o que ele disse, lembrando aqui ao PSD, porque já deram aqui um sinal de um determinado sentido de voto, que hoje, quando chegamos aqui, e perante esta proposta que é apresentada pelo Executivo da Câmara Municipal, quando nós sabemos, e todos nós sabemos, só quem realmente não quiser ver, e o PSD não quer mesmo ver, isto é simplesmente um voto político puro e duro. O PSD não quer ver, nem quer reconhecer, tudo aquilo que o Deputado Carlos Inácio disse há pouco, nomeadamente todos os apoios que têm havido por parte da Câmara Municipal a nível social e não só. O PSD não quer ver que a Câmara Municipal precisa de verbas para estas obras todas. O PSD não quer ver isso!

Bom, longe vai o tempo em que não tínhamos investimentos desta grandeza no nosso Concelho, e parece que a parte financeira da Câmara nem era muito má, mas nunca assistimos a uma redução disto por parte do PSD, e agora estão tão preocupados!

Perante tudo aquilo que é a atividade desta Câmara Municipal e deste Executivo, relativamente ao que era antes, e os Senhores anteriormente nunca se procuraram com isso e estão tão preocupados agora!

Claro que é verdade, que ao haver uma redução, e ao menino do CDS quero dizer-lhe, quem vai beneficiar, efectivamente, é só quem tiver rendimentos mais altos a partir dessa tal verba que acabou de dizer. Claro que é verdade, e isso é dito e é reconhecido! Uma boa maioria dos Oliveirenses, com certeza, que não têm rendimentos desse teor e têm rendimentos inferiores porque a grande maioria nem IRS pagam. Esta é que é a questão.

Portanto, Senhores do PSD, não vale a pena porque demagogia dessa, nós entendemo-la muito bem!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Uma nota breve: Meu caro Nuno Rafael, o meu partido é o Partido Socialista porque neste partido ainda se defende a liberdade e se aceita a diferença. E mais te digo, o que eu publico não são mentiras e não creio que alguém se possa ver incomodado com o meu Facebook.

Tenho a certeza que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, tal como nos anos transatos, não toma esta decisão de ânimo leve. O que trago aqui é uma pequena apresentação do que significa o IRS neste momento em Portugal porque acredito que aquilo que acontece num cenário macroeconómico também é um pouco aquilo que acontece em Oliveira do Hospital.

Como foi dito ainda agora, quase metade das famílias Portuguesas não pagam IRS. São 54 % dos agregados familiares que pagam este imposto que, em dois mil e dezassete, deu onze mil milhões, quinhentos e vinte e sete mil euros aos cofres do estado. Mas, quase dois milhões, trezentas e oitenta e quatro mil famílias ficaram isentas do pagamento de IRS e quem o paga é a classe média. Metade da receita de IRS (44,2 %) é paga pela classe média. São as famílias com rendimentos brutos entre os treze mil e quinhentos euros e os cinquenta mil euros que dão mais de cinco mil milhões de euros ao estado.

Os municípios podem definir a taxa de participação variável no IRS entre 0 % e 5 %. Oliveira do Hospital sempre escolheu definir a taxa máxima. O Município de Oliveira do Hospital arrecadou cerca de trezentos e setenta e nove mil euros graças a esta medida no ano transato. E, pelo que se pode ler nesta proposta, parte desta receita financia os apoios sociais que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver.

Contrariamente à manutenção da taxa máxima, a média nacional da taxa de participação variável, que atingiu o seu valor máximo em dois mil e quinze, perfazendo os 4,37 %, tem vindo a descer até ao valor de quase 4,05 % este ano. Pelo que podemos concluir que a tendência nacional é de redução da taxa de participação variável e não da manutenção da taxa máxima.

Mas agora veja-se, Oliveira do Hospital foi novamente reconhecida como “Autarquia Mais Familiarmente Responsável”. É evidente que para obter resultados é preciso dinheiro e temos provas de que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem feito bons investimentos.

Não coloco em causa o bom uso deste dinheiro mas não levarão a mal se partilhar convosco a minha opinião: É de suprema justiça que a Câmara Municipal empreenda esforços para redistribuir riqueza num País onde há tanta pobreza encoberta mas, Sr. Presidente da Câmara Municipal, num município que sempre prescindiu de pedir a derrama às empresas que geram lucro, não é justo fazermos como o Estado faz e “metermos a mão nos bolsos” sempre dos mesmos. Está na hora de assumirmos que a proteção da dignidade humana deve ser um esforço de todos e não apenas da classe média.

A derrama é um imposto que recai apenas sobre o lucro das empresas e não afeta empresas em dificuldades. E mais, a Câmara Municipal podia definir a derrama apenas para empresas às quais esta não faria diferença.

A derrama pode ser uma ferramenta fiscal justa e distributiva mas, salvo o erro, nenhum Presidente de Câmara de Oliveira do Hospital teve a coragem de a usar. É mais fácil “ir ao bolso dos pequenos” e o não aumento da derrama foi uma promessa eleitoral.

Os impostos são um mal necessário, sem cobrar impostos nenhum país tem futuro, mas, por uma questão de princípio, dividir o mal pelas aldeias, usar a derrama e baixar o IRS é uma opção preferível, na minha opinião, do que mantermos o Concelho na taxa máxima.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, há perspetivas de conseguir reduzir esta taxa no futuro sem onerar os apoios sociais?”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrarmos no Ponto II da Ordem de Trabalhos, proponho-vos um pequeno exercício. O exercício consiste em questionarmo-nos porque é que este Executivo Municipal foi eleito debaixo da bandeira do Partido Socialista; Porque é que o José Carlos Alexandrino, sendo um independente, aceitou liderar uma lista do Partido Socialista e não de outro qualquer partido da direita?

Este é um exercício que nós, Deputados do Partido Socialista, devemos fazer regularmente para não nos esquecermos do que é que esteve na base da criação do Partido Socialista e do que esteve na base da criação do movimento de Homens e Mulheres, no ano de dois mil e nove, que se juntaram debaixo da bandeira do Partido Socialista para concorrer às Eleições Autárquicas de Oliveira do Hospital.

Sem querer complexar muito o debate, para nós, os Socialistas, os problemas dos outros são os nossos problemas e isto, que parece óbvio, não é assim para todos os partidos.

Enquanto a direita tem uma perspetiva individualista da sociedade, em que cada um está entregue a si próprio e que entende a competição como o principal, se não mesmo o único, motor de desenvolvimento, nós, no Partido Socialista e como Socialistas, temos outra perspetiva da sociedade. Olhamos para a sociedade com grande sentido de comunidade, nós fazemos parte da comunidade, estamos todos ligados uns aos outros, dependemos todos uns dos outros e os problemas de uns são resolvidos coletivamente. Para nós, o motor de desenvolvimento das sociedades é a cooperação.

Estas duas formas, absolutamente distintas, de estar na sociedade, e de olhar para a sociedade, moldam, obviamente, as políticas que nós queremos fazer.

É fundamental começarmos por aqui para depois avaliarmos se aquilo que nós estamos a fazer, fizemos, ou queremos fazer, vai de encontro à nossa perspetiva de sociedade.

Não devemos ter sequer a arrogância de achar que somos melhores do que os outros, nós temos é uma perspetiva de sociedade muito diferente. Temos uma visão diferente da forma como nos devemos organizar e como nos devemos relacionar.

Dou-vos um exemplo prático: As novas gerações, filhos e netos das anteriores, olham para a frente com sentimento de grande insegurança e incerteza, sem perceber se a sua vida vai ser uma contínua melhoria ou se vai ser a luta que é no presente, a dificuldade das novas gerações de constituírem família, saírem de casa dos seus pais, e poderem concretizar os seus sonhos.

O Município de Oliveira do Hospital deu-lhes uma resposta, deu-lhes esperança, demos-lhes, todos nós, Apoios à Natalidade e Bolsas de Estudos para os seus filhos poderem estudar até ao Ensino Superior. Ou seja, com a nossa perspetiva de sociedade, promovemos a inclusão, a igualdade de oportunidades e combatemos as assimetrias.

Se nós, políticos com responsabilidades, prestarmos atenção, se ouvirmos atentamente, vamos perceber que há um conjunto muito vasto e crescente de pessoas que se sentem esquecidas, negligenciadas, e abandonadas. Sentem que não fazem parte do discurso, das preocupações de quem governa, não se sentem representados. Também aqui o Município de Oliveira do Hospital dá resposta com inúmeros projetos de Ação Social para apoiar os mais desfavorecidos,

sendo aquele que me diz mais o projeto Casa Digna que promove a habitação para todos.

Se nós analisarmos as declarações dos Deputados de outras forças políticas que me antecederam percebemos que o foco está na redução de impostos. Aliás, o PSD e o CDS têm batido sucessivamente nesta tecla.

É preciso coragem da forma como hoje se faz o debate político para dizer, como este Executivo Municipal está a dizer, que essa não é a nossa única ou principal preocupação.

Quando a direita em bloco aqui vem dizer que pretende reduzir impostos isso tem consequências. As consequências são uma comunidade, uma sociedade, um Município, menos capaz de fazer face às necessidades coletivas.

Meus caros amigos, não me passa pela cabeça que o PSD e o CDS não pretendam garantir o equilíbrio das contas públicas. Aqui não há segredos, não há passes de mágica, e ninguém inventa nada. Não há petróleo no Largo Cabral Metello!

Aquilo que o PSD e o CDS propõem é reduzir impostos para amanhã reduzir os apoios à Natalidade, à Educação e à Ação Social. A solução da direita, a solução do PSD e do CDS, já a vimos no passado, passa por cortar nos apoios públicos que garantem que todos tenhamos, enquanto comunidade, uma vida mais digna, mais decente.

Esta foi a opção que o José Carlos Alexandrino e todos os independentes fizeram na bandeira do Partido Socialista. Foi uma opção pela inclusão.

Meu caro André, relativamente à derrama, deixa-me responder-te, e isto é importante que seja claro: Os municípios do interior e quem trabalha com empresas veem isto todos os dias. Os municípios do interior digladiam-se para a fixação de empresas. Aplicar a derrama seria um fator discriminatório negativo de Oliveira do Hospital e não teríamos capacidade de fixar uma única empresa, não criaríamos emprego, não criaríamos postos de trabalho ou emprego qualificado, não criaríamos valor. Não tenho a menor dúvida disto!

Eu também concordo com o que tu acabas-te de dizer, e percebo que não gostes de ouvir mas também percebo que se fosse possível aplicar impostos às empresas, e principalmente às grandes empresas que não estão em Oliveira do Hospital, e espero que as empresas de Oliveira do Hospital tenham lucro porque o objeto de qualquer empresa tem que ser o lucro. Agora, se nós formos taxar com a derrama as nossas empresas elas simplesmente mudam a sede para outro Concelho qualquer.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Tivemos a oportunidade de ouvir as opiniões sobre uma questão que é de extrema importância e que está na matriz definidora das várias áreas políticas.

Pessoalmente, defendo a redistribuição. Não me importo de pagar um bocadinho mais de impostos, e pago, desde que eles sejam capazmente utilizados na melhoria das condições de vida dos que mais precisam. E não é apenas por boa consciência é porque acho que vivemos melhor numa sociedade equilibrada e com poucas assimetrias. Se quiserem, até é uma perspectiva um pouco egoísta quando digo isto, e tenho plena consciência de que assim é, até porque tenho visto muitas situações e tenho contactado com várias sociedades onde as assimetrias são muito grandes. Quem mais tem não vive bem em sociedades assimétricas.

Na minha perspectiva, e digo isto muitas vezes, o caminho é uma adequada redistribuição da riqueza embora individualmente não seja o que convém a alguns cidadãos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar gostava de agradecer ao Deputado Nuno Rafael pelo período de exceção que deu ao meu Executivo: O Deputado Nuno Rafael referiu que o CDS - Partido Popular, no ano passado, absteve-se nesta questão, e que não o farão este ano porque o período de exceção já passou. Por isso, quero agradecer-lhe e também poderia esperar que me desse mais um ano de exceção.

Depois, dar aqui duas ou três notas que acho que são importantes e relevantes: Por acaso poderia perguntar a um Deputado, também ainda não vi a votação deles mas percebi que o PSD vai votar contra, e, por isso, poderia perguntar a uma pessoa que esteve comigo na Assembleia Municipal, que foi Deputado do PSD e que hoje está aqui. Esta proposta de 5 % na participação variável no IRS vem do passado e nunca foi alterada. O Deputado João Esteves sempre votou favoravelmente e, se calhar, hoje vai votar contra. Ele ainda não votou mas, às vezes, não se vota por convicção mas vota-se só por uma lógica partidária.

Posso dizer que sempre fui um homem independente, e o Deputado João Esteves sabe, e nunca votei contra. Votei contra noutras coisas, mas isso também não é agora para aqui chamado.

Deixem-me também dizer aos Senhores Deputados do PSD e do CDS o seguinte, até porque o Deputado João Brito pensa que eu sou o Primeiro-Ministro porque começou a fazer uma intervenção muito centrada na política nacional, mas eu não sou o Primeiro-Ministro!

Acho que o voto contra do PSD e do CDS é sobretudo um voto demagógico e é demagógico porquê? Se o PSD/CDS não tivessem sido Governo eu não lhes podia dizer isto mas, quando foram Governo, o PSD/CDS meteram-se nas competências das autarquias e fizeram o seguinte: Quem tem endividamento aplica as taxas máximas. A Assembleia Municipal deixou de se pronunciar. O Governo PSD/CDS retirou competências ao poder autárquico para decidir sobre as coisas que lhes diziam respeito e aplica-lhe o IMI e IRS na taxa máxima, como sabem!

Por isso, eu diria que o voto contra é absolutamente pura demagogia. Se o PSD/CDS não tivessem um Governo com essas características, e vão dizer que foi derivado à crise e até foi o Governo Socialista que deixou isto falido. Nós percebemos isso!

Mas, vou dizer-vos mais: Acho que ninguém duvida da capacidade deste Executivo para conquistar verbas nos Quadros Comunitários para executar obras. Nunca ninguém conseguiu tantas verbas, nunca ninguém conseguiu tantas obras para a cidade de Oliveira do Hospital, até por causa do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, e não vale a pena andarmos aqui a dizer que as obras são na Cordinha, ou que as obras são no Vale do Alva. As obras essenciais estão concentradas, hoje, todas na cidade de Oliveira do Hospital por causa da negociação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Relativamente à verba do IRS, eu também gostava de pagar zero.

Acho que foi introduzido um tema interessante pelo Deputado André Pereira, e sem desconsideração pela posição do Deputado João Ramalhete. É verdade que há uma fase muito difícil para a fixação de empresas e a derrama é um problema. Poderíamos colocar o problema da derrama noutro patamar e também me tenho interrogado. Uma empresa que tem mais de cento e cinquenta mil euros de lucro deveria, ou não, pagar derrama em Oliveira do Hospital? É uma questão que nós deveríamos repensar ou deveríamos definir um teto.

O que às vezes me preocupa são os grupos grandes, e eu gosto de ter cá grupos grandes, mas, como vocês sabem, as contas dos grupos grandes não se refletem em Oliveira do Hospital, e até houve alguns que levaram a sua sede fiscal para fora do País, e os Senhores também sabem isso. São coisas que nós deveremos todos pensar e é uma boa discussão. Até digo mais, nessa discussão deveríamos conciliar-nos, ter esta discussão numa mesa de concertação entre as diferentes forças políticas, termos uma visão estratégica, e consensualizarmos uma posição porque isto não é uma falta de coragem. Como disse o Dr. João Ramalhete, e bem, há concelhos, a maior parte do interior, que não apresentam a derrama mas há outros que apresentam.

O João Brito falou aqui em dois concelhos que foram os piores exemplos que ele podia ter dado. O de Arganil até pode ser um bom exemplo em termos do IRS mas comparar-nos com a Figueira da Foz, comparar-nos com Coimbra, onde as pessoas pagam a derrama, onde têm um IMI extraordinário por causa do número de habitações, comparar Câmara ricas com a Câmara de Oliveira do Hospital. Eu sei que a Figueira da Foz teve muitos problemas mas eu também sei quem é que gastou o dinheiro, e também sei quem é que deixou aquilo empandeirado, e também não foram os Socialistas, como vocês sabem!

Nós também só podemos comparar aquilo que é comparável. Por exemplo, fazer uma rede de abastecimento de água num prédio não é a mesma coisa que colocar água no Rio de Mel ou colocar água no Parceiro. É preciso percebermos do que é que estamos a falar!

Dizer ainda que temos orgulho nos prémios que temos recebido e relativamente à distribuição de riqueza, como disse a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, e bem, eu gostava de vos dar aqui algumas notas para vocês perceberem: Em termos Sociais, diria que sou um homem de esquerda, identifico-me com a solidariedade de esquerda, e, às vezes, em termos de Educação até sou uma pessoa com ideias de direita porque reconheço que uma democracia sem autoridade não é uma democracia, é uma bandalheira e eu não gosto que o meu País seja uma bandalheira, gosto que seja uma democracia que tem de ter autoridade.

Sou um homem independente mas nesta área social desafio qualquer um que tenha cá passado e que tenha feito tanto como nós. E, por isso, posso dizer que propomos os 5 % porque gastamos bem esse dinheiro dessa classe média onde eu me integro.

Programa Municipal de Incentivo à Natalidade - Anteriormente também tinham 5 % na participação variável no IRS e quem passou aqui na Câmara Municipal algum dia teve a preocupação deste programa?

Neste programa de Incentivo à Natalidade já apoiámos quatrocentas e cinquenta e seis crianças e gastámos, até 31 de dezembro de 2018, seiscentos mil euros.

Programa Municipal Casa Digna - É um programa de apoio à recuperação ou à criação de habitabilidade também lançado por este Executivo. Este programa é para as pessoas que têm reformas de miséria, reformas de cerca de duzentos euros, e que é preciso olhar para essa gente. Neste momento gastámos perto de trezentos mil euros neste programa.

Deixem-me explicar isto porque os Deputados também devem saber: O Programa Municipal Casa Digna dá apoios até cinco mil euros para criar condições de habitabilidade. Estes apoios são concedidos geralmente a pessoas com reformas baixas, e algumas pessoas, quando querem obras que ultrapassam os cinco mil euros, têm que pôr esse dinheiro a mais e muitas vezes são as famílias que ajudam. Também vi candidaturas com obras de trinta mil euros, porque os candidatos são pessoas já idosas, que entretanto morriam, e era um bom negócio, a Câmara pagava e depois os familiares herdavam e vendiam, e nós não fazemos isso, o que nós queremos é criar condições de habitabilidade com este Programa da Casa Digna.

Os Ativos Sociais, que foi um programa de apoio e integração social na vertente de carência económica, começámos com ele no dia quinze de maio de dois mil e doze, apoiámos duzentas e setenta e nove famílias e gastámos perto de duzentos mil euros.

O Banco de Recursos Sociais, neste momento e por mês, apoia setenta e cinco famílias.

As Bolsas de Estudo: Recuemos a dois mil e nove e percebemos que quando lançámos estes programas em contra ciclo porque, como sabem, em dois mil e nove começa a crise financeira ao nível da Europa, e que também atingiu fortemente Portugal, porque antes havia bastante dinheiro, como vocês sabem. Havia dinheiro e é preciso dizermos isso! E quando eu cheguei aqui qual era a verba para as Bolsas de Estudo? Oito mil euros. As últimas Bolsas de Estudo com o PSD aqui na área governativa eram oito mil euros e quanto é que é hoje, meus caros amigos? Cinquenta mil euros. Isto é uma diferença e uma forma diferente de ver as coisas.

Mas poderemos dizer mais: Hoje temos um tarifário de água para a coesão social, temos um tarifário para as famílias pobres e também para as famílias numerosas com menos recursos.

Temos redução do IMI, demos um primeiro passo, admito que seja pequeno, mas também demos uma redução de IMI às famílias de acordo com o número de filhos.

Lançámos a Unidade de Saúde Móvel numa parceria com a Fundação Aurélio Amaro Dinis, a quem pagamos, para que os nossos idosos de várias Freguesias tenham cuidados de saúde. Estão aqui vários Presidentes de Junta que sabem que a Unidade de Saúde Móvel é um sucesso e continuamos a pagar para que essas pessoas tenham possibilidades de ter umas receitas.

Podemos falar também no Programa Saúde Oral Para Todos: já lá está colocada a cadeira, falta o raio-X.

Vai ser assinado um protocolo com a Dignidade, está tudo negociado. Os nossos idosos, a partir do dia um de janeiro, vão ter os medicamentos gratuitos. No Plano e Orçamento está esta verba. Vamos apoiar os nossos idosos que recebem trezentos euros de reforma e que têm que comprar os medicamentos. Este programa dos medicamentos gratuitos para estas famílias é também um programa na área da saúde.

Depois, dar ainda aqui outra nota: Transportes Escolares - Temos os Transportes Escolares todos gratuitos até ao terceiro ciclo. No Ensino Superior, para fazer com que os nossos alunos até possam ficar em casas mais baratas nas aldeias, os alunos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão têm transportes gratuitos.

Por isso, meus caros amigos, há aqui um conjunto de políticas, que é claro, que nunca ninguém, nem nenhum Executivo, foi tão longe.

Disseram aqui o seguinte: “*mas agora já foram repostas as coisas*”. Isto, não é verdade, e não é verdade por uma razão: Bastaria sabermos que durante o ano continuamos a depositar uma verba no Fundo de Apoio Municipal. Esta verba, de cerca de cem mil euros, é para as Câmaras que estão endividadas e que lá vão buscar o dinheiro.

Depois de dar estas notas todas, quero dizer-vos que este dinheiro é aplicado nestes Programas e, por isso, é bom que haja essa solidariedade social entre as classes que têm mais rendimentos e aqueles que vivem pior.

Também não deixo de dizer aqui: O Rendimento Social de Inserção foi um grande programa do País mas foi-se desvirtuando pelo caminho porque há

algumas pessoas que recebem o rendimento social de inserção que deveriam era estar a trabalhar e a produzir para o País.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“O pedido de esclarecimento é só um: Peço desculpa aos colegas do PS que vieram aqui e disseram que basicamente o PSD é uma cambada de individualistas e não querem saber da Ação Social. Eu desafiava qualquer um a ver as atas e perceber quando é que o PSD votou contra algum apoio social que tenha sido colocado à votação?”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Podem não ter votado contra o apoio social mas também é importante não votar contra quando estão em causa os meios que permitem a prestação desses apoios sociais.

Este é um tema interessante e que pode ser fraturante. Eu até concordo com o que o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse. Este é um tema duma importância tal que até deveríamos ter capacidade de o discutir, exatamente pelas consequências que a aplicação de mais, ou menos, impostos têm na vida do nosso Município, se quiserem de uma forma não politizada. Não está previsto nenhum seminário para o fazer mas, quem sabe?

De qualquer das formas, este também é um espaço onde podem exprimir as vossas opiniões e as diferentes correntes relativamente a uma matéria desta importância e que é absolutamente estruturante da vida do Município.

Aliás, até acho saudável que no próprio Grupo Municipal do PS haja diferenças de opinião. Acho que é bom e motivador do nosso enriquecimento porque sem debate também não se cresce. Sem troca de ideias nenhuma estrutura, e nenhuma sociedade, lá vai!

Agora, volto a dizer: Uma coisa é bem certa, toda a gente, do pobre ao rico, é contra o pagamento de impostos, e não é só em Portugal!

Estou numa fase da vida, e às vezes até pessoas da minha família próxima me repreendem, mas já sou velha o suficiente para poder dizer o que penso. Às vezes digo assim: *“Olhe, desculpe, mas eu discordo! Se queremos ter um País, se queremos ter um conjunto de condições, de serviços, alguém tem de pagar.”*

Temos que pagar, porque, com disse o Deputado João Ramalhete, não temos poços de petróleo.

De onde é que vem o dinheiro para o nosso País andar? Tem que ser da recolha.

Digo muitas vezes o seguinte: É fundamental que os impostos que são recolhidos sejam adequadamente aplicados, e essa é outra questão! Aí é que devemos ser rigorosos. Não podemos fugir à cobrança de impostos para prestar os serviços necessários às sociedades justas e equilibradas, não podemos!

Como todos, ou grande parte, desabafaram, eu também achei que hoje até nos podíamos permitir desabafos. Peço-vos desculpa porque o meu papel aqui não é bem para desabafar e manifestar aqui estados de alma.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2020, em 5%, que foi aprovado por maioria, com seis votos contra.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 33.º, alíneas b) e m) do n.º 1 e alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), da proposta de aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em Matéria de Serviço Público de Transporte de Passageiros, celebrado entre a CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e o Município de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto III tem a ver com uma proposta de aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências por causa dos transportes de passageiros.

Dar-vos uma nota: O Governo delegou nas Comunidades Intermunicipais o licenciamento das carreiras públicas. É um dossiê muito complexo. Na Comunidade Intermunicipal de Coimbra temos uma empresa de advogados que está a dar apoio jurídico e vamos lançar na região nos dezanove concelhos um concurso público internacional de mobilidade.

O Governo passou estas competências para as CIM's, passou-nos o trabalho mas não nos deu os meios financeiros para depois contratarmos equipas, têm sido as Câmara Municipais a suportar isto.

Trago hoje aqui um aditamento para que no dia doze de dezembro não fiquemos sem transportes porque se não fizéssemos este aditamento os Transportes Escolares deixariam de existir.

Penso que o Concurso Internacional nem no final do ano de dois mil e vinte e um estará pronto. Por isso, aquilo que eu vos pedia é este contrato de aditamento para continuar com os transportes que temos. Este contrato dos transportes já tinha sido aprovado por unanimidade aqui na Assembleia Municipal.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Venho simplesmente questionar o Executivo, sobre um aspeto que eu desconheço totalmente.

Os reformados do nosso Concelho pagam o bilhete de autocarro para virem das Freguesias à Cidade de Oliveira do Hospital ou têm algum desconto?

Estive num concelho no Distrito de Viseu e eles apostam na mobilidade, e para, de alguma forma, colmatar a solidão dos idosos mais desfavorecidos, nas Freguesias mais distantes da Sede do Concelho, os idosos não pagam bilhete de autocarro para poderem vir passar o dia à cidade, fazer compras, passear, etc.

Uma vez que o tema é mobilidade, e se os idosos pagarem o bilhete de autocarros, sugeria ao Município que estudassem a possibilidade dos reformados, pelo menos os mais desfavorecidos, poderem deslocar-se para a cidade de Oliveira do Hospital sem pagar qualquer bilhete de autocarro.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem o Governo Português faz compensações dos transportes públicos nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e criou uma desigualdade nos outros territórios.

A Comunidade Intermunicipal de Coimbra liderou um processo que está a decorrer, quem encabeçou essa luta foi a Região de Coimbra, eu próprio e o Sr. Secretário Executivo e, por isso, vamos ter também algumas compensações do Governo. A ideia é que os Transportes Públicos tenham uma redução como já têm, como vocês já sabem, nestas áreas metropolitanas.

Queria dizer também ao Sr. Deputado Francisco Garcia que, por exemplo, há um conjunto de Presidentes de Câmara que são arguidos por causa do problema da mobilidade. Há uma coisa que também é preciso dizer, e estes autarcas, na minha opinião, não têm culpa nenhuma nem tiveram negócios. O problema é que a autoridade da concorrência deixa as empresas fazerem grandes monopólios e, às vezes, nos concursos públicos, quando os autarcas pedem os preços a três empresas, estão a pedir preços à mesma. E sabem Porquê? Porque lhes deixaram construir esses monopólios.

Felizmente Oliveira do Hospital não tinha indemnizações compensatórias nas carreiras públicas e, por isso, não fomos incomodados mas a nível nacional está a decorrer um processo muito complicado por causa destes problemas da mobilidade. Na CIM, contratámos uma empresa do Porto, a Sérvulo Correia, que nos está a dar apoio. Este País às vezes faz leis que só prejudicam.

Gostaria também de vos confessar isto: A Câmara Municipal fazia transportes com a colaboração das Juntas de Freguesia de Meruge, Penalva de Alva e Seixo da Beira.

A Câmara Municipal tinha protocolos com as IPSS para o fornecimento de refeições. Os nossos meninos tinham todas as condições. Na minha opinião, estavam melhores do que estão hoje e nós também fazíamos com que o emprego andasse para a frente. Havia aqui uma economia circular dentro das nossas próprias IPSS.

Para os transportes fomos obrigados a fazer outros concursos porque disseram que as Juntas faziam concorrência às transportadoras. Estamos a pagar mais em relação àquilo que pagávamos. Só nesses pequenos transportes, estamos a pagar mais vinte e cinco mil euros por ano, o que é significativo. Nas refeições também estamos a pagar mais.

Há sempre um clima de suspeição com as Câmaras Municipais mas também não deixo de dizer, porque os grandes grupos, por exemplo, nas áreas da refeição em Portugal, são três, ou quatro, e não são mais!

Mas se vier uma inspeção o Presidente José Carlos é arguido porque tinha a Junta de Freguesia a fazer um transporte, e porque a Junta de Freguesia faz concorrência com a pessoa que tem o alvará do Táxi, mas não ficámos melhor servidos, e pagamos mais, e tínhamos aqui um bom sistema. O sistema ideal. Infelizmente ele deixou de existir e não foi por vontade do Presidente da Câmara. Tínhamos um serviço muito bom e com proximidade com as crianças e com todas as pessoas que eram transportadas durante todo o ano. Nas

refeições também tínhamos um serviço muito bom. E o que é que aconteceu? A Câmara Municipal está a gastar muito mais dinheiro. Dizem que é uma questão de transparência e uma questão de responsabilidades mas fica-nos muito mais caro.

Pode ser uma questão de legalidade mas, na minha opinião, não é uma questão de melhor serviço.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“O Deputado Francisco Garcia veio aqui falar dos transportes dos idosos e eu vou dizer aqui uma coisa. Todos nós caminhamos para ser efetivamente idosos mas a força motora que cria a economia no nosso Concelho são as pessoas que estão no ativo e que estão a trabalhar.

Há uma coisa que me deixa preocupado e um bocado triste: É a desigualdade que há entre quem trabalha no Concelho de Oliveira do Hospital ou quem trabalha na área metropolitana de Lisboa ou do Porto.

Tenho uma pequena empresa e tenho uma colaboradora que é de um dos extremos do Concelho de Oliveira do Hospital, São Gião. A minha colaboradora tem que vir no seu transporte porque não há autocarro, nem para vir de manhã, nem para ir à tarde. Tenho uma colaboradora da zona do Ervedal e acontece precisamente a mesma coisa.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal há pouco falava e discutia-se aqui o problema da derrama. Eu ainda há bocadinho mostrava ali a um colega que há três empresas em Oliveira do Hospital que têm setecentos trabalhadores e essas três empresas para chegarem ao final do ano e conseguirem arranjar dinheiro para pagar aos seus colaboradores, ao fisco, à Segurança Social, as pessoas não imaginam aquilo que essas pessoas têm que trabalhar. Porque para chegar ao fim do ano e apresentar, às vezes, algum lucro, porque não é possível apresentar prejuízo, é uma coisa que custa realmente bastante.

Esta área dos transportes é uma coisa que eu considero uma desigualdade e uma injustiça e que todas as pessoas que vivem e trabalham fora da área metropolitana de Lisboa e do Porto têm-na. Nós também pagamos impostos e não beneficiamos desses direitos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“De facto, quando a mensagem não é compreendida, a culpa não é do recetor e é sempre do emissor, sem exceções.

Eu transmiti mal o que queria transmitir. Tudo o que o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu todos sabiam e todos nós temos conhecimento disso porque já foi aqui abordado várias vezes.

Agora, esclarecendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Luciano: Eu referi-me unicamente, não a quem trabalha, não a todos os cidadãos, mas, sim, aos pensionistas.

Sugeria ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao Executivo que estudasse a possibilidade, dentro da lei, para, por exemplo, o pensionista de Rio de Mel vir a Oliveira do Hospital na carreira, à borla. Vem de manhã, passa cá o dia a jogar às cartas no jardim, e no final do dia vai para casa. Foi isto que eu sugeri, se houver carreiras e se houver legalmente essa possibilidade. Foi só isto e não foi mais nada!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Só quero dar um esclarecimento ao Deputado Francisco Garcia: Se o recetor não receber bem a mensagem a culpa é do emissor.

Dizer ainda que a proposta do Deputado Francisco Garcia é possível desde que haja compensações por parte da Câmara Municipal a quem presta o serviço. Esta proposta é possível e poderia ser uma política social da Câmara Municipal.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 33.º, alíneas b) e m) do n.º 1 e alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), da proposta de aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em Matéria de Serviço Público de Transporte de Passageiros, celebrado entre a CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e o Município de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Tive oportunidade de trocar umas palavras breves com o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a necessidade de alterarmos a data da nossa Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do mês de dezembro.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal fez-me saber que, por necessidade de algumas deliberações que teremos que tomar relacionadas com esta fase do ano em que há muita coisa para fechar, lhe conviria mais realizar a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal no dia vinte de dezembro. Portanto, vamos alterar a nossa Sessão para o dia vinte de dezembro.

Quero agradecer a vossa presença, acabámos por fazer uma reunião curta que cumpriu os objetivos para que foi convocada. Tivemos oportunidade, mais uma vez, de ter alguma discussão política e ideológica.”

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte horas, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____